

RELATÓRIO DA AUDIÊNCIA PÚBLICA
realizada pela
COMISSÃO DE SEGURANÇA PÚBLICA
em **UBERLÂNDIA**

ALMG

Consultoria Temática da CSP

Uberlândia, 2/3/2010

I - Apresentação

No dia 2/3/2010 foi realizada, na Câmara Municipal de Uberlândia, a 3ª Reunião Ordinária da Comissão de Segurança Pública. Requerida pelos Deputados João Leite, Presidente da Comissão, Maria Tereza Lara, Vice-Presidente, Rômulo Veneroso e Tenente Lúcio, a reunião teve por finalidade discutir questões relativas à segurança pública no Município de Uberlândia e demais Municípios componentes da 9ª Risp.

Além dos Deputados João Leite, Maria Tereza Lara, Tenente Lúcio, Weliton Prado e Luiz Humberto Carneiro, participaram da reunião: Vereador Hélio Ferraz Baiano, Presidente da Câmara Municipal de Uberlândia; Joemilson Donizetti Lopes, Juiz da 2ª Vara Criminal, representando o Presidente do Tribunal de Justiça; Breno Linhares Lintz, Promotor de Justiça da Comarca de Uberlândia, representando o Procurador-Geral de Justiça; José Pacífico Martins Ferreira, Delegado da Polícia Federal em Uberlândia, representando o Superintendente Regional do Departamento de Polícia Federal em Minas Gerais; Altemiro Olinto Cristo, Chefe da Delegacia da Polícia Rodoviária Federal em Uberlândia, representando o Superintendente da Polícia Rodoviária Federal em Minas Gerais; Adriana Helena Bueno Vieira, Supervisora Regional de Educação, representando a Secretária de Estado de Educação; Evaldo Gonçalves da Cunha, Coordenador da Defensoria Pública em Uberlândia, representando o Defensor Público-Geral; Cel. Dilmar Fernandes Crovato, Comandante da 9ª Região da Polícia Militar, representando o Comandante-Geral da Polícia Militar; Gilmar Souza Freitas, Chefe do 9º Departamento da Polícia Civil, representando o Chefe de Polícia Civil; Ten.-Cel. Felipe José Aidar Martins, Comandante do 5º Batalhão do Corpo de Bombeiros Militar, em Uberlândia; Egmar Ferraz, Presidente da 13ª Subseção da OAB Minas Gerais.

II - Desenvolvimento da reunião

II.1) Exposições

O Cel. Dilmar Fernandes destacou os seguintes resultados das ações integradas das polícias na 9ª Risp: aquisição de 245 viaturas, além da parceria com o Município, por meio da cessão de viaturas, aprimorando o policiamento de trânsito e o policiamento preventivo escolar; recebimento de equipamentos e armamentos para toda a região; investimentos na Polícia Militar da ordem de 50 milhões de reais nos últimos anos; instalação adequada da sede da 9ª Risp, o

que trouxe motivação à Polícia Militar e às demais organizações; relação profícua com os Municípios por meio de convênios, o que permite a presença da polícia em todos os Municípios e distritos da 9ª Risp.

Segundo o Coronel, a região conta com a Companhia de Patrulhamento Aéreo e com helicóptero que presta assistência ao trabalho preventivo e de repressão qualificada “de maneira muito efetiva”.

Em relação aos índices de criminalidade violenta, o ano de 2009 retornou aos patamares da década anterior. Nos últimos 10 anos, o aumento populacional decorrente de pessoas vindas de fora foi da ordem de 150 mil habitantes. A criminalidade acompanhou essa tendência de crescimento até 2004, diminuindo consideravelmente a partir de 2005, em razão da realidade vivenciada pela Risp.

A maior preocupação é com o índice de homicídios consumados. Estudo feito pelas polícias aponta que 70% dos homicídios na região têm relação com o tráfico de drogas. A autoria desse tipo de crime é predominantemente masculina, e as armas de fogo são o principal instrumento da prática delituosa. No ano de 2009, houve um aumento de 50% nas apreensões de armas de fogo. Neste ano, até março, as apreensões já são “infinidamente superiores” se comparadas a igual período do ano passado. O enfrentamento desse problema vem sendo feito com estratégias de ampliação da repressão qualificada e da gestão colegiada, além de ampliação do Proerd e do programa Jovens Construindo a Cidadania. Em 2008, houve 1.500 ocorrências relacionadas a drogas, subindo para 1.791 em 2009.

No que diz respeito às estratégias de enfrentamento da criminalidade, o Delegado Gilmar Souza Freitas destacou a importância da criação da Delegacia de Homicídios e a duplicação do efetivo. Em seguida, citou alguns dados relativos a inquéritos policiais e TCOs que demonstram que a Risp tem conseguido cumprir as metas estabelecidas para essas atividades.

Segundo ele, cada delegacia regional recebe um lote de metas conforme a natureza dos crimes. Estudos de criminologia determinaram que 78% dos crimes praticados em Uberlândia têm relação direta ou indireta com o tráfico de drogas. Em 2009, a Delegacia Regional de Uberlândia apreendeu 2.500kg de drogas. Em 2010, já foram apreendidos 111kg de drogas. A meta para o Município é baixar o índice de homicídios, reprimir o tráfico e combater a pirataria. O índice de apuração dos homicídios em Uberlândia é da ordem de 52%.

O Delegado apontou como entrave ao trabalho da polícia a burocratização do inquérito policial do ponto de vista técnico-jurídico e defendeu uma “investigação dentro dos princípios da policiologia, de uma polícia moderna, uma polícia técnica e científica”. Ainda em relação aos problemas enfrentados, o Delegado destacou a administração de cadeias pela Polícia Civil; o aprisionamento muito acima da capacidade máxima; a existência na cadeia de Araguari de um abrigo de menores anexo à delegacia; a insuficiência de pessoal nos quadros da polícia em todos os Municípios da 9ª Risp; a falta de um posto de perícia integrada; a insuficiência dos

investimentos na Polícia Civil de Uberlândia.

O Juiz Joemilson Donizetti abordou a integração das polícias e sua importância para a redução efetiva da criminalidade; o programa Fica Vivo e seus resultados efetivos; a necessidade do cumprimento de 1.500 mandados de prisão, só em Uberlândia, e a identificação das causas do descumprimento desses mandados, o que gera enorme sentimento de impunidade e eleva o índice de criminalidade; a necessidade de construção de novos presídios com capacidade máxima para 100 detentos; e a instalação de dez novas Varas em Uberlândia, criadas pela última reforma judiciária.

O Delegado Federal José Pacífico ressaltou que o crime em que há mais convergência das atribuições das polícias estaduais e da Polícia Federal é o tráfico de entorpecentes. Em 2009, a Polícia Federal apreendeu em Uberlândia 1.220kg de maconha e 102kg de cocaína, tendo efetuado mais de 190 prisões. Entretanto, segundo o Delegado, não basta prender, é preciso dotar os presídios de melhores condições. Por fim, registrou a dificuldade de se colocar viaturas nas ruas devido à escassez de combustível.

O Promotor Breno Linhares alertou para a insuficiência do quadro de Juízes e Promotores em face do crescimento do trabalho da polícia judiciária, o que pode levar a atrasos e estouro de prazos nos processos, fazendo com que muitos bandidos sejam libertados.

O Ten.-Cel. Felipe José, do Corpo de Bombeiros, queixou-se da “criminalização” da segurança pública: “normalmente, em um acidente, atendemos 12 a 15 pessoas mortas, e essas pessoas estão mortas do mesmo jeito que as pessoas que foram assassinadas, mas nem por isso o Corpo de Bombeiros, como um órgão da segurança pública, tem tido a mesma importância dos outros órgãos”. Segundo ele, o número de mortes provocadas por acidentes automobilísticos em um final de semana supera o dos assassinatos que ocorrem no Município em um período de seis meses.

O Tenente-Coronel, após sugerir “que as próximas reuniões tenham um espectro maior em relação à violência como um todo”, foi enfático ao dizer que apesar dos 97% de aprovação, os Bombeiros têm dificuldades, como deixar de receber recursos do governo federal, ao passo que serviços similares que custam cinco vezes mais têm sido implantados.

E registrou que, “ao contrário das Polícias Militar e Civil, em que o número de ocorrências vem caindo, o nosso tem aumentado dia a dia”. Em 2008, houve 13.801 ocorrências; em 2009, 15.587. Em 70% dos casos, há vidas humanas envolvidas. No tocante às ocorrências de trânsito, o número de acidentes com motocicletas chega a ser seis vezes maior que o de acidentes envolvendo veículos de quatro rodas.

O Defensor Público Evaldo Gonçalves disse que o quadro de defensores conta com apenas 16 profissionais, responsáveis por atender uma população estimada em 700 mil habitantes. Segundo ele, apesar da insuficiência de pessoal, conseguem manter uma equipe para atuação permanente nos presídios da comarca e um núcleo de atuação da Defensoria no Centro

Socioeducativo de Uberlândia – Ceseu –, onde não há mais problemas de superpopulação.

Juarez Alves Pereira, representante de movimentos sociais, pediu mais apoio das autoridades e ações conjuntas entre lideranças comunitárias e polícias, alegando que “em uma situação de conflito entre pessoas que estão à margem da lei, o líder comunitário é o primeiro a ser intimidado pelos marginais”.

Ricardo Lotti, do Conselho Municipal de Segurança Pública de Uberlândia, registrou que o “Conselho está capengando, não está funcionando, pois não temos nem lugar para nos reunir” e solicitou que sejam destinados recursos para o Conselho em função de lei que obriga o Executivo municipal a fazê-lo.

Nadir dos Reis Figueira registrou que não há locais adequados para tratamento de usuários de drogas e pediu às autoridades providências para a criação de instituições específicas para esse fim. Solicitou, ainda, que os presos tenham oportunidade de trabalhar. Por fim, disse que a Polícia Civil está muito mal equipada e sem pessoal suficiente.

Um documento com antigas reivindicações relativas à segurança foi entregue à Comissão pela Vereadora Liza Prado, que também pediu a ajuda da Comissão para a reabertura dos postos policiais que foram fechados, para o aumento do número de viaturas e para a obtenção de informações acerca do andamento de investigações sobre pessoas desaparecidas.

O investimento em educação por parte da União, Estado e Município foi a tônica da fala do Vereador Neivaldo, que ressaltou ser a educação a base de tudo. Para ele, “um aluno é muito mais barato aos cofres públicos do que um presidiário”.

Indagado pelo Presidente da Comissão sobre a extensão da malha rodoviária sob a jurisdição da Polícia Rodoviária Federal, o número de postos e o efetivo, Altemiro Olinto informou que são 350km de rodovias, sob a responsabilidade das Delegacias de Uberlândia, Uberaba, Frutal e Patos de Minas, 7 postos e um efetivo de apenas 10 homens.

O Delegado Federal José Pacífico, a pedido do Presidente, informou que a circunscrição da Polícia Federal na região abrange 68 Municípios e conta com 25 Agentes, 7 Escrivães, 10 Delegados e 12 Peritos, ressaltando a insuficiência desse quadro para atender a demanda.

Encaminhamento aprovados:

a) ofício ao Secretário de Defesa Social, solicitando:

- a construção da sede do Instituto Médico Legal no Município de Uberlândia e a implantação do Posto de Polícia Integrada – PPI;

- a instalação de câmeras de segurança do Programa Olho Vivo na Av. Afrânio Rodrigues da Cunha no Município de Uberlândia;

- a humanização dos estabelecimentos prisionais de Uberlândia com aumento da oferta de

trabalho e de ensino profissionalizante para os presos;

- o pagamento de diárias de viagens e viaturas descaracterizadas para o trabalho investigativo; a aquisição de um prédio próprio ou locado destinado a implantação da delegacia regional; a ampliação do efetivo policial; a manutenção de viaturas e equipamentos atuais e aquisição de novos; a ampliação do projeto Jovens Construindo a Cidadania – JCC –, e do Programa Educacional de Resistência às Drogas – Proerd; a implantação de clínicas públicas de tratamento de dependentes químicos; o aumento de viaturas e equipamentos para o Corpo de Bombeiros; a viabilização de recursos materiais e humanos com o objetivo de ampliar o Programa Consep Rural, que hoje conta com 23 unidades; a implantação de oito Áreas Integradas de Segurança Pública - Aisp - ; a implantação da 2ª Delegacia Regional nomeando 40 agentes e 20 escrivães para atender a demanda, no Município de Uberlândia;

b) ofício ao Secretário de Defesa Social e ao Subsecretário de Administração Prisional, solicitando a instalação de banheiros e toldos na Penitenciária Pimenta da Veiga e no Presídio Jacy de Assis para propiciar melhores condições aos parentes dos presos;

c) ofício ao Ministro da Justiça, solicitando o aumento do efetivo da Polícia Rodoviária Federal no Estado e a designação de mais Delegados, policiais federais, peritos e escrivães para Superintendência da Polícia Federal em Minas Gerais;

d) ofício ao Prefeito Municipal de Uberlândia, solicitando a garantia do funcionamento do Conselho Municipal de Segurança Pública, dotando-o de infraestrutura, equipamentos e pessoal;

e) ofício ao Comandante-Geral da Polícia Militar, solicitando assistência jurídica do Estado ao Policial Militar quando se envolver, no exercício de sua função, em conduta ilegal.

III - Principais pontos abordados:

a) apesar das promessas e dos “investimentos”, a Polícia Civil continua encarregada da guarda de presos;

b) as Polícias Civil, Federal e Rodoviária Federal apresentam quadro de pessoal insuficiente para atender a demanda da região;

c) o homicídio é o crime que mais desafia a capacidade das forças de segurança e em 70% dos casos está vinculado ao tráfico de drogas;

d) a Polícia Militar é a força de segurança que dispõe de mais recursos humanos e logísticos, e, ao contrário do que foi dito por populares presentes na reunião, a exposição do representante da corporação pareceu sugerir que praticamente não há problemas, à exceção do desafio quanto ao controle do número de homicídios;

e) houve consenso de que a implantação de políticas públicas preventivas é uma das medidas mais importantes para garantir mais segurança e tranquilidade para a sociedade.